CONEXÃO Remate

Boletim sobre compras públicas sustentáveis

Edição 4
janeiro de 2009
(clique nos títulos para ler as matérias)

Serviço de bicicletas em SP 1

CPS no Estado de SP ..... 2 a 4

CPS no Estado de MG ..... 5 e 6

2ª edição do Guia de CPS 6

Compra pública de madeira ..... 7 a 9

CPS no mundo ..... 9 a 11

Eventos .... 11 e 12

Cidade de São Paulo implanta uso de serviço de bicicletas

Combinando ganhos econômicos e ambientais, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo (SVMA) passou por um processo pioneiro ao contratar um serviço de bicicletas para entregas. O serviço é terceirizado e os entregadores, carinhosamente apelidados de "bikeboys", fazem principalmente e prioritariamente entregas rápidas de documentos internos e pequenos volumes entre órgãos municipais com sede no centro da cidade. Este serviço é regulamentado de acordo com o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e os "bikeboys" fazem uso de equipamentos de segurança e crachá de identificação com foto.

Implantar o uso deste serviço não foi fácil, como explica Meire Fonseca, Assistente de Gestão de Políticas Públicas da SVMA, "Empresas que trabalham com serviço de motoboys normalmente não possuem documentação para o serviço de bicicletas". De acordo com ela, a primeira licitação aberta não foi bem sucedida exatamente porque a única empresa interessada não possuía a devida documentação. A escassez de empresas que oferecem o serviço seguiu sendo uma questão e a Secretaria só conseguiu efetuar a contratação através de uma segunda licitação, na qual duas empresas apresentaram a documentação necessária.

A SVMA teve que enfrentar ainda o descontentamento de motoboys, que entraram com uma representação contra esta contratação alegando que eram os únicos autorizados a fazer serviços de entrega. No entanto, esta representação não ofereceu problemas à Secretaria, uma vez que a licitação era clara ao prever especificamente a contratação de um serviço de bicicletas, enquanto veículos não motorizados. A contratação contava ainda com o apoio de arcabouço legal: o Decreto 45.959/05, que criou o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeconomia Sustentável, previa entre os itens de seu artigo 2°, o incentivo ao transporte não motorizado.

Bikeboys: uma solução sustentável

Os benefícios advindos do uso deste serviço são inúmeros, e não apenas ambientais, mas também financeiros: são economizados recursos com veículos; são otimizados os deslocamentos de curta distância, diminuindo-se o tempo gasto pelo tráfego intenso e os gastos com estacionamento ou zona azul; é um serviço mais barato do que o oferecido por motociclistas; acalmam-se ambientes já saturados; diminui-se a poluição do ar, visual e sonora, e é uma colaboração para mitigação de mudanças climáticas e para o desenvolvimento sustentável.

Esta foi uma iniciativa muita bem sucedida e, de acordo com a SVMA, já abriu espaço para novos desdobramentos; recentemente foi implantado no Parque Natural um sistema de vigilância com o uso de motocicleta elétrica, uma maneira de diminuir a poluição sonora e do ar.

Inscreva-se na lista de discussão de Compras Verdes

Com intuito de manter a comunicação sempre aberta entre os parceiros do projeto e o público em geral interessado no tema, estabelecemos uma lista de discussão (list serve). Para se inscrever na lista, acesse http://mailman.iclei.org/mailman/listinfo/compras-verdes ou envie um email para projeto.cps@iclei.org.

SMA contrata buffet sustentável para Seminário do CPS-Brasil

Na preparação para o Seminário Regional "Licitações Sustentáveis: O Uso do Poder de Compra do Governo em Prol da Sustentabilidade" do projeto "Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil" (CPS-Brasil), realizado em 7 de novembro de 2008, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo tomou a iniciativa de contratar um serviço de buffet sustentável, por se tratar de um evento cujo tema central era exatamente a **sustentabilidade**. Essa foi a justificativa utilizada no processo de contratação encaminhado ao Núcleo Administrativo da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA.

Logo no início do processo já surgiram algumas dificuldades, pois ao procurar as empresas cadastradas no SIAFÍSICO para esse tipo de serviço, apenas uma delas foi encontrada. O SIAFÍSICO é o Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras do Estado de São Paulo, que contém, entre outras informações, o cadastro de fornecedores aptos a celebrar contratos com a Administração Pública, constituindo requisito para a efetivação da contratação desejada. Além disso, o valor cobrado para o *buffet* sustentável era um pouco mais elevado do que um *buffet* comum.

Dentre as empresas, cadastradas ou não, que apresentaram o orçamento, deu-se prioridade ao orçamento de menor preço, conforme determina a Lei nº. 8.666/93, já que todas elas ofereciam o tipo de serviço solicitado: equilíbrio ambiental, comércio ético-solidário e consumo consciente e saudável.

Os produtos oferecidos pela empresa escolhida foram adquiridos de pequenos produtores rurais orgânicos, cooperativas, associações comunitárias ou projetos sociais. Os utensílios oferecidos foram adquiridos de artesãos de diferentes regiões do Brasil, através de parcerias com projetos que apóiam culturas tradicionais (caiçara, quilombola, cabocla e indígena), com o objetivo de divulgar a importância de preservar e dar continuidade às características singulares destas culturas. Houve, também, a preocupação em minimizar a geração de resíduos sólidos, por meio da utilização de materiais não descartáveis, sendo os resíduos gerados encaminhados para cooperativas de reciclagem.

Durante o Seminário, o serviço foi bastante elogiado, não apenas pela qualidade dos produtos servidos, mas também pela coerência em oferecer um *buffet* sustentável num evento sobre sustentabilidade.

A iniciativa também teve repercussão positiva no âmbito do próprio Estado, pois outros órgãos passaram a contratar o mesmo tipo de serviço, o que fez com que os valores abaixassem diante da demanda.

***Buffet** sustentável*

Essa iniciativa mostra que, mesmo diante de algumas dificuldades, é sempre possível encontrar soluções criativas e sustentáveis para muitas de nossas ações. O ganho maior com essa iniciativa foi conscientizar os participantes do evento sobre os benefícios socioambientais e de saúde deste padrão de produção e consumo, e indiretamente, garantir a continuidade destes projetos.

Governos da Cidade e Estado de SP lançam protocolo sobre madeira certificada

Em fevereiro, o Governo da Cidade e do Estado de SP devem divulgar um protocolo de intenções que recomendará o uso de madeira certificada na construção civil.

Em parceria com a Apeop (Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas), AsBEA (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura), WWF-Brasil, Greenpeace, SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), CBCS (Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia) e produtores de madeira certificada, o documento ainda não tem data para a assinatura.

"*O governo investe na divulgação de informações sobre madeira certificada e cria mecanismos para a exigência partir das construtoras*", diz Lilian Sarrouf, do Comitê de Meio Ambiente do SindusCon-SP.

Será lançada também a segunda edição do livro "Madeira: Uso Sustentável na Construção Civil", revista pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Um dos objetivos da publicação é melhorar a informação dada ao Setor da Construção sobre o processo de escolha e especificação da madeira mais adequada a cada tipo de uso nas suas atividades, incorporando espécies de árvores alternativas com propriedades semelhantes às das espécies tradicionais.

Artigo editado pelo ICLEI LACS
Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 25/01/2009

Ações do Governo do Estado de São Paulo em Compras Públicas Sustentáveis

Por Denize Cavalcanti, Executiva Pública, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

As ações do Governo do Estado de São Paulo em Compras Públicas Sustentáveis (CPS) baseiam-se em três pilares: alteração da legislação referente ao tema, parcerias entre as diversas Secretarias e entidades públicas interessadas e diálogo com o setor produtivo.

Em relação à legislação, prioriza-se a criação de mecanismos legais, visando à inserção de critérios sócio-ambientais no âmbito das compras e contratações realizadas pelos órgãos da Administração. Além de uma série de normas relativas à proteção do meio ambiente relacionada ao uso do CFC (Decreto Estadual nº. 41.629/97), à obrigatoriedade de aquisição de veículos movidos a álcool (Decreto Estadual nº. 42.836/98) e à redução do consumo e racionalização do uso de água (Decreto Estadual nº. 48.138/03), o Decreto Estadual nº. 50.170/05 constitui um marco importante ao instituir o Selo SOCIOAMBIENTAL.

Nesse decreto são estabelecidos os critérios sócio-ambientais a serem considerados para a atribuição do Selo, tais como: economia no consumo de água e energia, minimização na geração de resíduos, racionalização do uso de matérias-primas e redução de emissões de poluentes, entre outros.

Além disso, o Decreto determina que os critérios sócio-ambientais enumerados deverão ser observados nas descrições e especificações técnicas dos materiais constantes do Catálogo de Materiais – CADMAT do Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras do Estado de São Paulo (SIAFISICO), bem como nos Manuais de Serviços Terceirizados (*www.cadterc.sp.gov.br*), de uso obrigatório por toda a Administração Pública estadual.

Ainda nesse escopo, foi publicado o Decreto Estadual nº. 53.336/08, que instituiu o "Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis", cuja implantação baseia-se no trabalho conjunto entre as Secretarias de Gestão Pública e do Meio Ambiente (SMA), a fim de capacitar os membros das Comissões nos órgãos estaduais visando à inserção dos critérios sócio-ambientais nos procedimentos de compras e contratações propriamente ditos.

Parcerias entre Secretarias

A coordenação do Programa caberá à Secretaria de Gestão, que deverá propor diretrizes, normas e procedimentos voltados à adoção da sustentabilidade nas contratações que tenham por objeto a aquisição de bens e a prestação de serviços comuns e execução de obras e serviços de engenharia.

À SMA caberá elaborar estudos e prestar assessoria técnica na área ambiental, visando à introdução dos critérios sócio-ambientais nas contratações.

O trabalho com as Comissões envolve a orientação dos servidores envolvidos para que passem a dar preferência aos bens e serviços que tenham obtido o Selo SOCIOAMBIENTAL. A outorga do Selo será feita em conjunto pelos Secretários de Gestão Pública e de Meio Ambiente, cabendo à Secretaria da Fazenda a disponibilização da indicação do Selo nos itens que compõem o Catálogo de Materiais.

Paralelamente às ações de natureza legislativa, a SMA, após uma revisão do estudo feito em 2006 pela Fundação Getúlio Vargas, produto do Contrato entre a instituição e a SMA em 2005, enviou à Secretaria de Gestão e, posteriormente, à Secretaria da Fazenda uma lista preliminar, contendo cerca de 150 itens do CADMAT aptos a receber o Selo SOCIOAMBIENTAL, sem necessidade de alteração das respectivas especificações técnicas.

Diálogo com o setor produtivo

Atualmente, o processo de inserção visual do Selo encontra-se em desenvolvimento na Secretaria da Fazenda, dando início a um processo contínuo de ampliação do rol de itens considerados sustentáveis, seja por meio da alteração das especificações técnicas dos itens já existentes, a fim de torná-los aptos a receber o Selo, seja por meio da solicitação da inclusão de novos itens, cujas especificações técnicas já contenham os critérios necessários para a atribuição imediata do Selo.

O processo de alteração e qualificação dos itens do Catálogo vem acompanhado de um diálogo da SMA com o setor produtivo, a fim de garantir que o aumento da demanda por produtos sustentáveis seja atendido pelo mercado fornecedor. O diálogo com o setor também permite melhorias na proposição de especificações técnicas de novos produtos junto aos gestores dos Grupos de Materiais do CADMAT.

Encontro Técnico das Comissões Internas de Contratações Sustentáveis do Estado de São Paulo

Por Denize Cavalcanti, Executiva Pública, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Foi realizado, no dia 26 de novembro de 2008, o Primeiro Encontro Técnico das Comissões Internas de Contratações Sustentáveis do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, instituído pelo Decreto Estadual nº. 53.336/08. O evento, que marcou o início dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do Programa, contou com a participação de cerca de oitenta servidores da Administração Pública Estadual.

O referido encontro foi promovido pelo Grupo de Apoio Técnico à Inovação – GATI, da Secretaria de Gestão Pública, em atendimento ao disposto no artigo 5º do Decreto, o qual prevê, dentre as atribuições da Secretaria de Gestão, a proposição de diretrizes e procedimentos voltados ao fomento da adoção de critérios sócio-ambientais a serem efetivados no Estado de São Paulo, bem como a articulação dos diversos órgãos e entidades da Administração estadual necessária para a implementação do Programa.

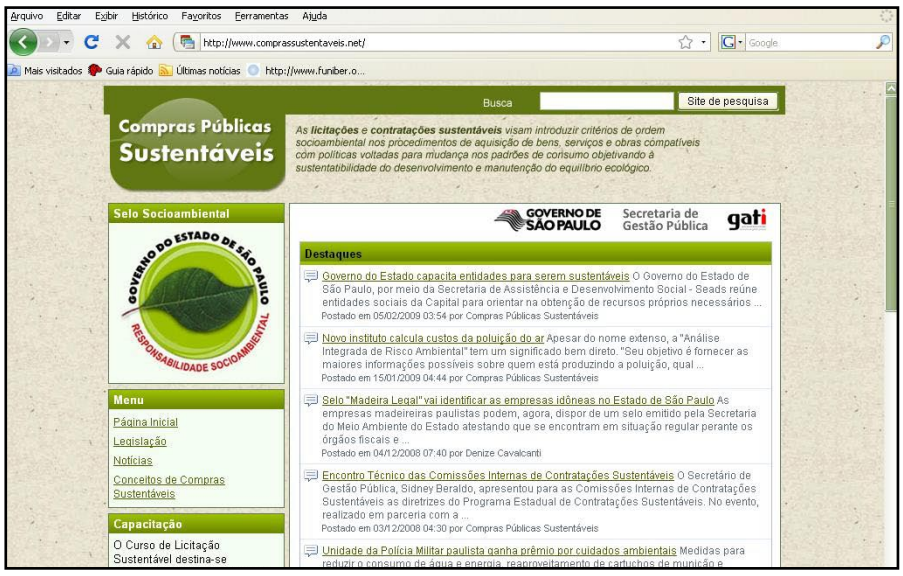
Papel das Comissões

No evento, o Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Sidney Beraldo, apresentou as diretrizes do Programa para os membros das Comissões Internas de Contratações Sustentáveis presentes. Também foi apresentado o histórico das ações realizadas pelo Governo do Estado nas áreas de contratações de serviços, obras, aquisição de materiais e legislação durante o evento que foi realizado em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Foram debatidas as expectativas sobre as ações a serem desenvolvidas pelas Comissões, bem como foram apontadas algumas das dificuldades a serem superadas pelas Comissões em suas respectivas instituições.

Todos os membros poderão "editar" o site com informações sobre as atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades governamentais.

Em cada órgão ou entidade será nomeada uma Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis. Cada Comissão terá no mínimo dois membros, que serão designados pelo dirigente do órgão. São atribuições da comissão:

- implantar o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis no órgão ou entidade a que pertence,
- empreender ações visando conscientizar e envolver todos os servidores, em especial aqueles diretamente ligados aos setores de compras e contratações, na implantação do programa;
- submeter à Secretaria de Gestão Pública, ao final de cada exercício, um relatório detalhado das ações e programas desenvolvidos.



O coordenador do GATI, Roberto Meizi Agune, apresentou o novo endereço eletrônico de Compras Sustentáveis, *(www.comprassustentaveis.net)* desenvolvido com ferramentas livres da Internet, o qual propiciará a participação ativa das Comissões no desenvolvimento do Programa, na medida em que todos os membros poderão "editar" o site com informações sobre as atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades governamentais no que diz respeito à adoção de critérios sócio-ambientais.

Na oportunidade foi lançado, também, o Curso à Distância de Licitações Sustentáveis, desenvolvido em parceria com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, com o objetivo de capacitar os servidores que estarão envolvidos na implantação das ações, bem como os servidores interessados em adquirir novos conhecimentos sobre o tema.

Participação da SMA

Considerando o papel atribuído à SMA, nos termos do artigo 6º do Decreto nº. 53.336/08, qual seja, o de prestar assessoria técnica na área ambiental às Comissões instituídas, o Coordenador de Planejamento Ambiental da SMA, Casemiro Tércio Carvalho, apresentou aos participantes do evento os mecanismos de atuação da instituição no âmbito do Programa, por meio dos quais os membros das Comissões poderão obter orientações de caráter técnico relativos aos critérios sócio-ambientais a ser adotados, disponibilizando os canais de comunicação para obtenção das informações.

As Comissões Internas de Contratações Sustentáveis do Estado constituem um instrumento relevante para alcançar o objetivo de incluir critérios sócio-ambientais nas contratações da Administração Pública Estadual e têm um grande potencial de replicação por outras autoridades governamentais no Brasil e no exterior.

Treinamento do CPS-Brasil em Minas Gerais

O primeiro treinamento de como efetuar licitações sustentáveis foi realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, no último dia 21 de novembro, no âmbito do projeto "Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil" (CPS-Brasil).

O evento de capacitação, que foi uma seqüência do primeiro seminário do CPS-Brasil realizado em março de 2008, reuniu cerca de 150 representantes da maioria dos órgãos do governo estadual, público definido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), organizadora deste evento em conjunto com o Escritório de Projetos do Brasil do ICLEI.

O treinamento teve como objetivo capacitar o corpo técnico responsável por compras dos órgãos estaduais em como efetuar compras sustentáveis sistematicamente. O material do treinamento foi desenvolvido especificamente para o contexto do estado mineiro pelo Escritório de Projetos do Brasil, Secretariado Europeu do ICLEI e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), usando como base o trabalho já realizado ao longo de uma década pelo ICLEI na Europa.

Os participantes receberam material de referência que poderá ser usado no dia a dia para apoiar os técnicos a efetuarem compras sustentáveis. Dentre esse material está a 2ª edição do Guia de Compras Públicas Sustentáveis, que oferece um passo a passo didático sobre o tema (veja artigo sobre o guia na página 6). Esta 2ª edição do original, publicado no país pela primeira vez em 2006, inclui informações mais atualizadas e relevantes para a realidade enfrentada por compradores públicos no Brasil.

A abertura contou com a presença da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, que enfatizou a importância das compras públicas sustentáveis na redução da pressão sobre os recursos naturais e ecossistemas, além dos bens comuns ambientais globais, e reforçou a necessidade de cooperação entre os níveis diferentes do governo, propiciando transparência e eficiência nos processos de compras públicas.

A fim de esclarecer o tema e estimular o interesse dos participantes, a Diretora Regional do Secretariado para a América Latina e Caribe do ICLEI, Laura Valente de Macedo, falou sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Os principais treinadores foram Peter Defranceschi, Assessor de Compras Públicas Sustentáveis do ICLEI-Europa e Luciana Betiol, Pesquisadora do GVces. Além dos treinadores, o evento também contou com palestrantes que ofereceram exemplos práticos de compras públicas sustentáveis (CPS), como o caso de contratação de serviço de bicicletas para entregas pela Cidade de São Paulo (veja matéria sobre bicicletas na página 1).

De forma interativa, os participantes puderam visualizar as ligações entre o consumo e a produção (licitações), os impactos ambientais e sociais ao longo da vida útil de um produto os benefícios de CPS – inclusive econômicos, e perceber o impacto que os governos locais podem causar através das compras públicas mais sustentáveis.

Além disso, foram apresentados fundamentos jurídicos, exemplos de legislação nacional e internacional, e a identificação de novas propostas legislativas para CPS. Foram apresentadas também as barreiras para realizar CPS e as soluções possíveis.

Com as apresentações sobre os marcos da Campanha Européia de CPS do ICLEI, Procura+ (*www.procuraplus.org/*), e o Catálogo Sustentável (www.catalogosustentavel.com.br) desenvolvido pelo GVces, os participantes puderam entender melhor como efetivamente fazer uma compra sustentável.

O Treinamento também contou com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil e o patrocínio do Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Governo Britânico (DEFRA).

O projeto "Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil" visa promover práticas de Compras Públicas Sustentáveis em três governos pilotos - a cidade do São Paulo e os estados de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG). O objetivo principal do projeto é influenciar outros estados e municípios brasileiros, além do Governo Federal, na implementação destas práticas em todo o Brasil.

Para mais informações sobre o evento, visite: http://www.iclei.org/index.php?id=9193

Treinamento "Compras Públicas Sustentáveis" em Minas Gerais

MG busca produtos sustentáveis em parceria com CEFET

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), enquanto uma secretaria sistêmica tem a missão de integrar as ações governamentais, por meio da coordenação do planejamento e da gestão pública. Neste sentido, a Secretaria desenvolve um programa de utilização contínua e crescente das opções de produtos sustentáveis oferecidas pelo mercado a partir dos diversos programas e projetos em andamento.

A partir de ações do Projeto CPS – Brasil, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, e de outros projetos paralelos desenvolvidos pelo Governo de Minas, vários produtos tiveram sua especificação analisada observando-se os critérios de eficiência e sustentabilidade. Compras como computadores com monitor LCD, que apresentam uma grande economia em energia, já foram efetuadas e hoje são práticas correntes.

Para ampliar as possibilidades de compras sustentáveis, a SEPLAG, que coordena o Programa Gestão Energética Estadual (PGEE), firmou uma parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET MG), para análise dos equipamentos do setor energético. O Convênio firmado em dezembro de 2007, com início em março de 2008, prevê a revisão da especificação de produtos como lâmpadas e reatores para lâmpadas fluorescentes, condicionador de ar, refrigeradores e frízeres, bebedouros refrigerados, balcões frigoríficos, ventiladores e exaustores, buscando alternativas que apresentem critérios de sustentabilidade. Com previsão de término para agosto de 2010, a etapa referente à analise das especificações foi concluída pelo CEFET MG em outubro de 2008.

O Convênio prevê também a elaboração de um Manual de Apoio Técnico para auxiliar os usuários do setor público no conhecimento e importância das características técnicas que compõem a especificação.

Ainda, visando apoiar e estimular os órgãos e entidades quanto à utilização destes materiais, o Convênio prevê a elaboração de estratégias para implementação de ações de *retrofit* para materiais e equipamentos de iluminação e ar condicionado.

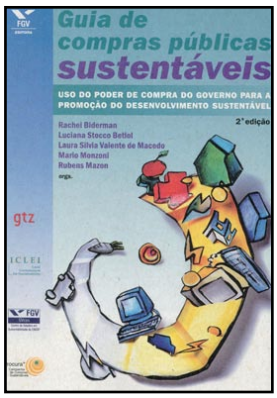
Para estimular a compra dos produtos analisados, a Secretaria tem como estratégia disponibilizar estas especificações através do Catálogo de Materiais e Serviços – CATMAS –, uma vez que todos os órgãos e entidades devem necessariamente utilizá-lo para suas compras. O Catálogo apresenta desde então, pelo menos três especificações para cada um dos itens acima descritos, todas elas atendendo aos critérios de eficiência e sustentabilidade.

Como resultado, tem-se, por exemplo, que as lâmpadas fluorescentes de 40 watts utilizadas por todos os órgãos e entidades podem ser substituídas imediatamente pelas de 32 watts e gradativamente pelas de 28 watts que necessitam de reatores eletrônicos, atendendo assim, aos critérios de eficiência e sustentabilidade para a compra.

2ª Edição do Guia de CPS é lançada

Temos o prazer de anunciar que a 2ª edição do "Guia de Compras Públicas Sustentáveis -Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável" foi lançada. O Guia, uma publicação do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade e do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), visa auxiliar nas escolhas das compras realizadas pelos governos para promover o desenvolvimento sustentável.

De maneira clara e objetiva, nesta edição atualizada com dados específicos para o Brasil, o Guia explica o que é uma licitação sustentável e como ela pode ajudar o meio ambiente, aborda os aspectos legais do tema e apresenta casos de economia financeira através de compras públicas sustentáveis (CPS). Também esclarece o que é um produto sustentável do ponto de vista ambiental, o que está sendo feito no Brasil e no mundo, como efetivamente realizar uma compra sustentável, além de trazer fontes e websites de consulta.



Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do projeto "Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil" (CPS-Brasil), patrocinado pelo Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Governo Britânico (DEFRA) e o Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) fruto da parceria entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo (SVMA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Para saber mais sobre o CPS-Brasil, visite: *www.iclei.org/index.php?id=7474*. Para conhecer o PAVS, acesse: *www.iclei.org/index.php?id=6985*.

Conforme observou André Trigueiro, editor-chefe do programa *Cidades e Soluções* da Globo News, o lançamento da segunda edição do Guia "confirma a demanda crescente por informações sobre as compras públicas sustentáveis, um movimento que ganha força, escala e prestígio no Brasil, país onde 10% do PIB têm origem justamente nas compras públicas realizadas nas diversas esferas de governo".

Afinal de contas, a ação local move o mundo!

O Guia completo está disponível para download gratuito no site do ICLEI: *www.iclei.org/fileadmin/user_upload/documents/LACS/Portugues/Servicos/Ferramentas/Manuais/Compras_publicas_2a_ed_5a_prova.pdf*

Rede Amigos da Amazônia é lançada

No último dia 2 de dezembro foi lançada a Rede Amigos da Amazônia (RAA), em São Paulo. A RAA é uma iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade e do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A iniciativa busca criar uma rede de colaboração e ação, reunindo esforços de governos municipais e estaduais, empresas e cidadãos para a adoção de políticas e medidas de consumo sustentável de madeira e produtos manufaturados com madeira proveniente da Amazônia. A rede promoverá a introdução de critérios de sustentabilidade em políticas e práticas de compras e contratações, públicas e privadas, com o objetivo de elevar o custo da exploração ilegal de madeira amazônica e de seus derivados, buscando enviar sinal para o mercado sobre a necessidade da promoção da produção e do consumo sustentáveis.

A RAA é uma extensão do programa Cidade Amiga da Amazônia, criado em 2003 pelo Greenpeace, com o objetivo de criar uma legislação municipal que elimine a madeira de origem ilegal e de desmatamentos criminosos de todas as compras municipais. Visando ampliar a atuação e abrangência do programa, o Greenpeace transferiu a coordenação dos programas 'Cidade e Estado Amigo da Amazônia' para a FGV, que criou a Rede Amigos da Amazônia, agregando a esses dois programas mais um: o 'Empresa Amiga da Amazônia'. Assim, além dos governos municipais e estaduais, as empresas serão estimuladas a adotar um padrão responsável de consumo de madeira. O programa busca evitar que o dinheiro público financie a destruição da floresta, promovendo padrões sustentáveis de consumo e produção; melhorar os sistemas federais de monitoramento e controle da madeira e transformar o poder de compra dos municípios em política de desenvolvimento sustentável.

Segundo o Greenpeace, estima-se que até 80% da extração madeireira na Amazônia seja ilegal

Segundo o Greenpeace, estima-se que até 80% da extração madeireira na Amazônia seja ilegal, sendo que cerca de 60% do total produzido anualmente são consumidos pelo mercado brasileiro. O programa está convencido da responsabilidade de governos estaduais e municipais em provocar uma mudança positiva e sistêmica no consumo de madeira pela administração pública, que é responsável por 1/3 do consumo brasileiro. Além disso, o desmatamento e as mudanças no uso do solo, principalmente na Amazônia, são responsáveis por cerca de 75% das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, transformando o país no quarto maior emissor do planeta.

Nesses cinco anos de programa, 38 municípios participaram na construção de políticas locais para eliminar o uso de madeira ilegal das obras públicas. Em 2006, foi criado o Programa Estado Amigo da Amazônia, do qual já participam São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Ao todo, foram constituídos 20 Grupos de Trabalho e 15 Decretos foram publicados.

Alguns dos resultados atingidos pelos participantes da Rede incluem as cidades de Americana e São Leopoldo. Em 2008, a cidade de Americana, no interior do estado de SP, completou dois anos de licitações de madeira de origem legal documentada, excluindo completamente a matéria-prima ilegal das compras públicas. Em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi inaugurada a primeira obra pública construída totalmente com madeira certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), em 2007.

Dentre outros resultados positivos, destaca-se a atuação do governo do Estado de São Paulo, que baniu a madeira ilegal e predatória em todo o seu território. Para isso, a Polícia Ambiental treinou 2.500 oficiais para fiscalizar depósitos e transporte de madeira. Na sua primeira operação depois da reformulação no sistema de fiscalização, o Estado de São Paulo apreendeu cerca de três mil toneladas de madeira ilegal, em setembro de 2007. Outra boa notícia é que cerca de 70 municípios e mais 6 estados já manifestaram interesse em se tornarem Amigos da Amazônia.

Para maiores informações, visite o site: *www.fgv.br/ces/raa*

Texto adaptado de: *www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/nova-rede-de-prote-o-a-amaz-n*

Acesse o site de Compras Públicas Sustentáveis

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS uma iniciativa ICLEI

O ICLEI formulou uma página especial para as Compras Públicas Sustentáveis, onde podem ser encontradas todas as informações sobre o projeto. Para acessar o site, visite www.iclei.org/cps

Análise das legislações de utilização de produtos e subprodutos florestais em obras e serviços públicos

Por Vicente Manzione Filho, consultor

Sabe-se que a administração pública é grande consumidora de recursos naturais em função das compras que realiza. Entre as competências do poder público está a construção de escolas, hospitais, rodovias, ferrovias, entre outras obras necessárias ao desenvolvimento do país. As atividades relacionadas à construção civil são grandes consumidoras de madeira e subprodutos florestais. É bem sabido também que são as regiões Sudeste e Sul do Brasil que demandam grande parte da madeira extraída de maneira ilegal, principalmente do bioma Amazônia.

Devido ao grande poder de compra dos governos, as autoridades públicas podem exercer um papel fundamental na proteção da Amazônia por meio da legislação que exige consumo responsável de madeira. Apresento e analiso a legislação Federal, dos governos do Estado de São Paulo e Minas Gerais e da prefeitura de São Paulo referentes à utilização de produtos e subprodutos florestais em obras e serviços públicos para verificar como nossos governos estão exercendo este papel.

Na esfera federal há dois projetos de Lei em tramitação no Congresso que objetivam alterar a Lei 8.666/93 (Lei das Licitações). O PLC 32/2007 tramita no Senado e o PL 7.709/2007 na Câmara dos Deputados. Conforme o Greenpeace, as ONGs e a bancada ambientalista trabalham para incluir de maneira geral a questão das compras sustentáveis no texto da lei. Com relação especificamente a madeira, a proposta de emenda tem o seguinte conteúdo: "*Parágrafo Único. Sem prejuízo de outros requisitos previstos por esta Lei, nas obras e serviços em que seja utilizada madeira, esta deve ser oriunda de reflorestamento ou plano de manejo florestal sustentável, devidamente aprovado pelo órgão competente*".

SP	**Decreto Estadual nº 49.674/05:** Impõe o controle ambiental do uso de madeira nativa de procedência legal em obras e serviços engenharia nas várias etapas do procedimento de contratação.
MG	**Decreto nº 44.723/08:** Dispõe sobre a contratação de obras e serviços pela Administração Pública Estadual, que envolvam a aquisição direta e o emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa e plantada.
PMSP/ SVMA	**Decreto nº 46.380/05:** Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de São Paulo. **Decreto nº 48.325/07:** Regulamenta a Lei nº 14.250/06, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação de procedência legal da madeira, de origem exótica ou de origem nativa, utilizada em móveis e instalações fornecidas ao Poder Público Municipal, administração indireta inclusive.

A legislação em vigor nos referidos estados e na cidade de São Paulo são:

O Governo do Estado de São Paulo contratou um estudo sobre Madeira desenvolvido pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), que teve como objetivos fazer um levantamento do insumo madeira nas especificações técnicas das obras públicas utilizando como base o Banco de Dados da CPOS – Cia. Paulista de Obras e Serviços; adequar a nomenclatura das madeiras e buscar alternativas de espécies mais disponíveis que imponham menos riscos de pressão às florestas.

O poder público está agindo para evitar que madeira de origem ilegal vinda, em grande parte, da Amazônia seja utilizada em obras públicas

O Decreto Estadual paulista impõe o controle ambiental do uso de madeira nativa de procedência legal em obras e serviços de engenharia nas várias etapas do procedimento de contratação. O decreto estabelece que no planejamento, a

continua na pág. 9

Catálogo Sustentável

Visite o site *Catálogo Sustentável* do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) que disponibiliza uma lista de mais de 500 produtos e serviços selecionados a partir de critérios de sustentabilidade. Esta é mais uma importante ferramenta que facilita o acesso à informação, incentivando o consumo consciente e responsável.

continuação da pág. 8

aprovação de projetos básicos e executivos encontra-se condicionada à previsão do emprego de madeira exótica ou de madeira nativa decorrente de desmate autorizado ou de manejo florestal. Já na fase de habilitação, com relação à qualificação técnica dos licitantes, exige-se deles a declaração de que somente haverá o emprego de madeira exótica ou madeira nativa de procedência legal na execução do objeto a ser contratado.

Adicionalmente, com relação ao acompanhamento do contrato, quando sua execução envolver o emprego de madeira nativa, o decreto determina que a aprovação das medições encontra-se condicionada à apresentação da nota fiscal e do comprovante de registro do fornecedor de madeira nativa no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como da 1ª via original da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF[1]. Além destes, exige-se também comprovante de que o(s) fornecedor(es) encontra(m)-se cadastrado(s) no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Fazendo-se uma análise comparativa, verifica-se que o Decreto 46.380/05 da PMSP/SVMA e o Decreto de Minas Gerais são bastante semelhantes tanto na forma quanto no conteúdo. Certamente o segundo se baseou fortemente no primeiro ao ser elaborado. Por exemplo, em ambos os casos, as empresas licitantes devem estar cadastradas e com registro atualizado nos órgãos responsáveis pelo controle da comercialização de produtos florestais madeireiros.

Entretanto, duas diferenças principais são verificadas. Enquanto o Decreto da PMSP/SVMA trata somente de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa e exótica, a minuta de MG prevê, adicionalmente, que produtos e subprodutos de madeiras de origem plantada também estão sujeitas às exigências da Lei.

Uma segunda diferença está relacionada com a documentação florestal a ser exigida nos contratos de licitação. No Decreto paulistano, o documento a ser apresentado é somente a ATPF[2], emitido pelo IBAMA. No caso de MG, além do documento Federal, neste caso o DOF – Documento de Origem Florestal, o fornecedor deve apresentar ainda a APEF - Autorização para Exploração Florestal ou a DCC - Declaração de Corte e Colheita, conforme o caso, entre outros. Estes documentos são de responsabilidade do IEF - Instituto Estadual de Florestas. Esta diferença, na realidade, tem que existir visto que os Estados têm competência para controlar a exploração comercial de florestas enquanto aos municípios compete a fiscalização do transporte.

Entendemos, por meio desta análise, que o poder público está agindo para evitar que madeira de origem ilegal vinda em grande parte da Amazônia seja utilizada em obras públicas. Esta ação contribui efetivamente para a legalização da exploração florestal no país além de, indiretamente, cooperar para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento na Amazônia.

[1] O parecer nº 683/2006 da Consultoria Jurídica de SMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente.
[2] Em 2006, o IBAMA substituiu a ATPF pelo DOF.

Guia de Eventos Sustentáveis do PNUMA

Em 2007, o Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) Ban Ki-moon estabeleceu um forte compromisso em tornar as operações da ONU sustentáveis. Todo ano, no âmbito do sistema das Nações Unidas, um grande número de pequenas, médias e grandes reuniões e eventos são realizados. Tais eventos podem ter impactos ambientais significativos, incluindo emissões de CO_2 de viagens internacionais, geração de resíduos, consumo de energia e água no local e muitos outros.

Como parte da Iniciativa Nações Unidas Sustentável (Sustainable United Nations - SUN), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) pediu que o ICLEI preparasse um guia sobre como tornar pequenos e médios eventos mais sustentáveis, com base na experiência do ICLEI em fazer seus próprios eventos sustentáveis. O Guia, que deverá ser concluído no início de 2009, proporcionará detalhadas recomendações práticas relativas a aspectos tais como: viagens internacionais e locais, *buffet*, local do evento, acomodação, materiais para participantes, e outros. Este guia servirá para organização de eventos que contemplem até 200 delegados e deve ser aplicável internacionalmente.

Para obter mais informações, entre em contato com Simon Clement em *simon.clement@iclei.org*.

Para saber mais sobre a iniciativa SUN, visite *www.unep.fr/scp/dom*.

Fonte: Sustainable Procurement Update, Edição 40, Outubro 2008

Futuro parece escuro para lâmpadas de 100 watts no Reino Unido

Com proprietários por todos os países do Reino Unido procurando tornar suas casas mais eficientes no uso de energia, as lojas estão sendo encorajadas a parar de vender lâmpadas de 100 watts.

As vendas de lâmpadas elétricas tradicionais têm diminuído nos últimos meses com preferência das pessoas por lâmpadas fluorescentes de baixo uso energia, que podem poupar dinheiro.

De acordo com a Tesco, que vende mais lâmpadas que qualquer outro varejista no Reino Unido, eles pretendem parar de vender lâmpadas de 100 e 75 watts dentro das próximas semanas.

Além de serem mais ecológicas, o uso de uma lâmpada de baixa voltagem pode economizar até £7 por ano em eletricidade.

O governo britânico assinou recentemente um acordo com os demais países da União Européia que declara que irão trabalhar no sentido de substituir as lâmpadas elétricas convencionais de 100 watts existentes no mercado há cerca de 120 anos.

Segundo o Daily Mail, o estoque de lâmpadas de 100 watts nas lojas da Sainsbury's está em seu fim, enquanto as lojas da Homebase, John Lewis, e Asda confirmaram que já deixaram de tê-las em suas prateleiras.

Artigo editado pelo ICLEI-LACS

Fonte: Energy Saving Trust, publicado em 08 de Janeiro de 2009 em: http://www.energysavingtrust.org.uk/business/Resources/Daily-news/Energy-saving-products/Future-looks-dim-for-100-watt-bulb/(energysavingtrust)/140194

Qual é a pegada de carbono do seu produto?

As empresas britânicas podem, a partir de hoje, avaliar a pegada de carbono de seus produtos e serviços, e assim desempenhar um papel maior na luta contra as mudanças climáticas, graças a um novo padrão de medição lançado pela BSI British Standards, o Carbon Trust e o Defra - Departamento de Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais - do Governo Britânico. O padrão – chamado PAS 2050 - é uma forma consistente de calcular emissões de gases efeito estufa embutidas em bens e serviços ao longo de todo seu ciclo de vida - a partir de fontes de matérias-primas, passando pela fabricação, distribuição, utilização e eliminação.

O objetivo do novo padrão de medição é ajudar as empresas a irem além do manejo das emissões criadas em seus próprios processos e olharem para as oportunidades de redução de emissões na concepção, desenho, fabricação e fornecimento de produtos. Isto irá ajudar as empresas a fornecerem produtos ou serviços menos intensivos em carbono e, em última instância, a desenvolverem novos produtos com menor pegada de carbono.

O Carbon Trust já usou o PAS 2050 em 75 tipos de produtos provenientes de uma vasta gama de empresas, incluindo: PepsiCo, Boots, Innocent, Marshalls, Tesco, Cadbury, Halifax, Coca-Cola, Kimberly Clark, The Co-operative Group, Scottish & Newcastle, Coors Brewers, Muller, British Sugar, ABAgri, Sainsbury's, Danone, Continental Clothing Company, Colors Fruit, Morphy Richards, Mey Selections e indústrias agregadas.

Como resultado, para seu xampu 'Botanics', a empresa Boots tem redesenhado sua rede logística para que os produtos possam ser entregues diretamente às lojas, reduzindo quilômetros em estradas e uso de embalagem. Apenas isto reduziu a pegada de carbono do xampu em 10 por cento.

Ao trabalhar com um dos seus fornecedores, a empresa Innocent ajudou-os a identificar uma oportunidade com a criação de um grupo de empregados para examinar a possibilidade de aumentar a quantidade de resíduos reciclados em toda a fábrica. No primeiro mês, a quantidade de resíduos enviados ao aterro foi reduzida em 15 por cento e, em seis meses a redução chegou a 54 por cento.

O Defra também tem realizado pesquisas de teste do PAS em cerca de 100 gêneros alimentícios através de sua produção e distribuição, e está estudando o impacto do preparo e consumo de alimentos nos domicílios em gases de efeito estufa.

A Secretária de Meio Ambiente, Hilary Benn, disse: "*Além de medir e reduzir a pegada de carbono de seus produtos, de vestuário a cosméticos, as empresas serão capazes de oferecer conselhos ao público sobre as formas mais ecológicas de escolher, usar e descartar seus produtos*."

O Executivo Chefe do Carbon Trust, Tom Delay, disse: "*Este desenvolvimento animador realmente irá ajudar as empresas a compreenderem o impacto em carbono de seus produtos e a acompanharem este assunto com meios concretos para reduzir as emissões de carbono em toda a cadeia de abastecimento*."

O Diretor da BSI British Standards, Mike Low, declarou: "*O PAS 2050 foi desenvolvido com o rigoroso processo de consulta da BSI, envolvendo quase mil especialistas em indústrias do Reino Unido e internacionalmente. O resultado é um quadro consistente dentro do qual as empresas e os órgãos públicos poderão fazer o levantamento das emissões de gases efeito estufa de seus produtos e serviços de uma forma consistente*."

O PAS 2050 irá abrir caminho para as empresas fornecerem informações confiáveis e transparentes sobre o conteúdo de carbono de seus produtos.

Artigo editado pelo ICLEI-LACS

Fonte: Carbon Trust, publicado em 29 de Outubro de 2008 em: http://www.carbontrust.co.uk/News/press-centre/PAS-2050.htm

Supermercados britânicos prometem eliminar sacolas plásticas

A Ministra do Meio Ambiente do Reino Unido, Jane Kennedy, e sete das grandes cadeias de supermercados da Grã-Bretanha chegaram a um acordo para eliminar 50 por cento das sacolas plásticas distribuídas até a primavera de 2009, o objetivo de longo prazo é eliminar 70 por cento delas.

O acordo entre o governo inglês e o British Retail Consortium – BRC - cobre a Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte. O número de sacolas plásticas economizadas até a primavera de 2009 através deste acordo seria suficiente para encher 60 piscinas olímpicas.

"Eu não sou uma sacola plástica".

Jane Kennedy declarou: "*Este é um compromisso concreto, que resultará em cerca de cinco bilhões de sacolas plásticas a menos sendo distribuídas. Supermercados já adotaram algumas medidas criativas para ajudar-nos a utilizar menos sacolas e outros varejistas devem se inspirar neles. Evidentemente, todos nós podemos desempenhar nossa parte para reduzir o número de sacolas nas ruas, e o governo vai trabalhar em estreita colaboração com o BRC em uma campanha para nos ajudar a fazê-lo*".

Os progressos decorrentes do acordo serão monitorados pelo programa WRAP (Waste and Resources Action Programme, Programa de Ação para Recursos e Resíduos), e revistos em 2010.

Para mais informações, visite:
WRAP: *www.wrap.org.uk/*
BRC: *www.brc.org.uk/*

Artigo editado pelo ICLEI-LACS
Fonte: Defra, publicado em 18 de Dezembro de 2008 em: www.defra.gov.uk/news/latest/2008/waste-1217.htm

Fomenta Minas - Encontro de Oportunidades para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais

O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, em uma iniciativa conjunta com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, visando fomentar uma aproximação entre os setores público e privado, para ampliar o mercado das micro e pequenas empresas nas Contratações Públicas, realizará o *Fomenta Minas - Encontro de Oportunidades para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais*, nos dias 13, 14 e 15 de abril de 2009, no Centro de Convenções da UFOP, em Ouro Preto – MG.

O Evento contará com representantes de diversos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, federal, estadual e municipal, de entidades das micro e pequenas empresas, bem como empresários do setor, com a estimativa de mil participantes.

Os órgãos e entidades da Administração Pública acima referidos deverão apresentar seus procedimentos e logística de compras, bem como disponibilizar gestores das áreas responsáveis para esclarecimentos de dúvidas dos representantes das micro e pequenas empresas.

Nesse sentido, estão previstas rodadas de encontro de oportunidades, oficinas de capacitação dos órgãos, apresentação das empresas âncoras e cessão de stands para que os órgãos e entidades interessados possam participar de maneira efetiva.

Os objetivos desse evento são:

- Criar as condições para aumentar a participação das MPE no volume de compras dos governos;
- Promover a capacitação das MPE para conhecimento dos principais instrumentos jurídicos e operacionais que propiciem o acesso ao mercado das compras governamentais;
- Disseminar as boas práticas e fornecer subsídios técnicos que possibilitem o tratamento diferenciado às MPE, previsto no Cap. V, da Lei Complementar 123/2006 - Lei Geral;
- Divulgar os procedimentos e regras de compras dos grandes compradores públicos (Federais, Estaduais e Municipais) para as suas aquisições de bens, serviços e obras, focando-os nos setores com forte participação de MPE;
- Promover a aproximação entre MPE e instituições financiadoras e de fomento.

FOMENTA MINAS

Informações e confirmação de interesse poderão ser obtidas pelos telefones:
SEPLAG: (31) 3290-4682
SEBRAE: (31) 3379-9369

GOVERNO DE MINAS

SEBRAE MG

EcoProcura 2009

Estão abertas as inscrições para a conferência "EcoProcura 2009: Clima Neutro através das Compras Públicas", nos dias 25 a 27 de março em Reykjavik, Islândia.

O ICLEI e a Cidade de Reykjavik convidam você para trocar informações e aprender mais sobre como compras públicas sustentáveis podem contribuir para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa e adaptações às mudanças climáticas.

As inscrições para o evento podem ser feitas pelo site *www.iclei.org/ecoprocura2009*. Não deixe para última hora: o prazo de inscrições é até dia 1o de março. A programação do evento já se encontra disponível no site oficial *www.iclei.org/ecoprocura2009*.

Congresso Mundial do ICLEI em 2009

Conectando líderes – Impulsionando a ação local pela sustentabilidade
14 – 18 de junho de 2009 – Edmonton, Canadá

As inscrições para o Congresso Mundial do ICLEI em 2009 estão abertas. Para se inscrever, preencha o formulário (também disponível pelo site *www.iclei.org/worldcongress2009*) e envie por e-mail para world.congress@iclei.org ou por fax para +49 761 36 892 29.

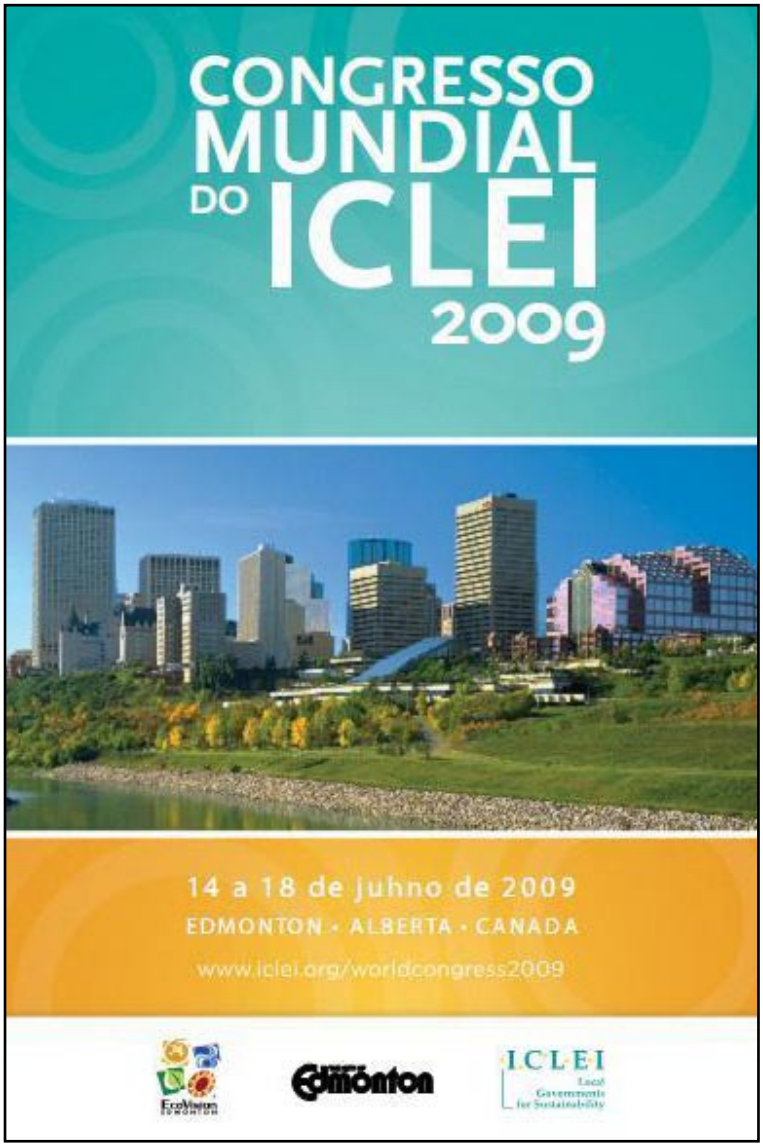
O Congresso Mundial é uma reunião-chave de membros do ICLEI, sócios estratégicos e especialistas, que irá promover o intercâmbio e capacitação entre governos locais e outras partes interessadas que desempenham papéis de destaque no desenvolvimento sustentável.

O prazo de inscrição oficial é até 15 de abril de 2009. Inscrições feitas após essa data estão sujeitas a um acréscimo de 100 euros.

A taxa de inscrição para representantes brasileiros é de 300 euros. Verifique o site oficial do evento para informações detalhadas sobre tarifas diferenciadas para jovens lideranças municipais e estudantes.

O idioma oficial do evento será inglês, com traduções disponibilizadas na plenária e em uma sessão paralela. Favor indicar o idioma de preferência na ficha de inscrição. As traduções disponíveis serão confirmadas próximo da data do evento.

Maiores informações sobre o evento estão disponíveis em *www.iclei.org/worldcongress2009*, incluindo detalhes sobre a programação e a cidade anfitriã.



ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade
Escritório de Projetos no Brasil

Avenida IV Centenário, 1268, sala 215
Portão 7A do Parque Ibirapuera

Tel: +55-11/5084-3079
Fax: +55-11/5084-3082
projeto.cps@iclei.org
www.iclei.org/lacs/cps

Visite o nosso site:
www.iclei.org/lacs/cps

CONEXÃO REMATE:

Remate representa a cartada final; o lance certeiro que combina aspirações e percepções do jogador com uma reflexão ponderada e responsável e os traduz em ação, em decisão, em mudança. Uma oferta só pode ser de fato um remate – melhor oferta aceita – quando incorpora critérios sustentáveis. Com o objetivo de construirmos juntos verdadeiros *remates sustentáveis*, criamos a Conexão Remate que reúne informações sobre o tema de compras públicas sustentáveis e, em especial, sobre o projeto, "Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil", uma iniciativa da campanha global do ICLEI.

ICLEI Governos Locais pela Sustentabilidade

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS
uma iniciativa ICLEI

Parceiros

FGV GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DE MINAS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

Patrocinador

defra
Department for Environment Food and Rural Affairs

Apoio

Embaixada Britânica
Brasília